



Exmo. Senhor
Deputado António Maló de Abreu
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2023

Assunto: Pedido de audição urgente do Senhor Ministro da Saúde, sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde ter descontinuado o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) e se esta foi, de alguma forma, uma decisão política.

Senhor Presidente,

Foi hoje divulgada, pelo semanário Expresso, a notícia de que os “hospitais públicos deixaram de ser avaliados”.

A avaliação dos hospitais era, desde 2009, feita pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS), através do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS). No entanto, alegadamente por decisão da anterior Presidente da ERS, Dra. Sofia Nogueira da Silva, esta avaliação deixou de ser feita em 2021.

Segundo declarações públicas do Dr. Eurico Castro Alves, também antigo presidente da ERS e autor do SINAS, esta decisão de acabar com a avaliação dos hospitais é *“um crime político, para esconder que os hospitais em parceria público-privada (PPP) eram melhores. Ou então por desconhecimento sobre a forma como o SINAS funcionava”*. Mais, afirmou o Dr. Eurico Castro Alves acreditar que esta decisão *“teve uma razão política, porque mostrava que os hospitais públicos com gestão privada ficavam sempre no topo, com qualidade máxima, e começaram a piorar com o fim da PPP e a confusão que se instalou. (...) Decidiram matar o mensageiro ou fizeram-no por desconhecimento”*.



Alegadamente, a ERS estará a trabalhar na implementação de um novo modelo de avaliação dos hospitais. No entanto, a Iniciativa Liberal considera ser imprescindível saber porque motivo se termina com o modelo de avaliação vigente (SINAS), sem que o novo esteja pronto. A qualidade, a avaliação e a transparência em Saúde são, para a Iniciativa Liberal, determinantes.

Mais, tendo em conta as declarações do Dr. Eurico Castro Alves, torna-se essencial perceber se esta foi, de facto, uma decisão política e, nesse caso, se o Ministério da Saúde teve, de alguma forma, influência nessa decisão. Porque, a confirmar-se, é demasiado grave e terão de ser assumidas consequências.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal considera que a Comissão Parlamentar de Saúde tem, necessariamente, de obter explicações cabais por parte do Ministério da Saúde.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição, **com carácter de urgência**, do Senhor Ministro da Saúde, na Comissão de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde ter descontinuado o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) e se esta foi, de alguma forma, uma decisão política.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.